



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

ATA Nº 08/93

1-No dia vinte e quatro de fevereiro de mil novecentose noventa e três, na
2-Sala das Sessões da Câmara Municipal de Serafina Corrêa, na Av. 25 de Ju
3-lho, 202, nesta cidade, realizou-se uma reunião ordinária, com a presen-
4-ça dos seguintes Vereadores: da bancada do PFL: Francisco Silvio Crema,
5-Osmar Vallar, Francisco Bernardo mezzomo e Henri Perin; da bancada do PM
6-DB: José Felicino Meneguzzi, Lídio Oldoni e Pedro José Fozza; do PDS, o
7-Ver. Arnaldo Luiz Pacassa e, do PTB, o Ver. Nestor Magon, que garantiram
8-o quorum legal. O Sr. Presidente declarou aberta a sessão, invocando a /
9-proteção de Deus e solicitou ao Ver. Secretário que efetuasse a leitura /
10-da ata nº 07/93, da sessão ordinária anterior, a qual foi aprovada com o
11-adendo do Ver. Crema de que a respeito do Projeto nº 04/93, ele defendeu
12-a proposição, colocando que Serafina Corrêa no passado dependia do Dele-
13-gado de Polícia de Guaporé ou de Casca e que isto seria evitado com o pa-
14-gamento do aluguel da casa para o Delegado de Polícia. E a pedido do Ve-
15-reador Mezzomo foi feito adendo afirmando que para o Secretário de Turis-
16-mo estava garantido em lei a permanência no recinto da Câmara, como qual-
17-quer Secretário ou Ex-Vereador. O Ver. Perin endossou o adendo do Ver. M
18-Mezzomo e pediu ao Presidente que tomasse conhecimento do art.
19-183 do Regimento Interno, ora por ele elaborado ou pelo menos relator. A
20-seguir, com a autorização da Mesa Diretora, o Presidente colocou em vo-
21-tação o Projeto de Resolução nº 02/93, Iniciada a discussão, o projeto
22-recebeu parecer favorável por parte do Ver. Pacassa e Meneguzzi, evocan-
23-do amparo legal da Constituição Estadual Federal e Lei Orgânica do Muni-
24-cípio, considerando que a Resolução, se aprovada, traria progresso e era
25-interessante ao poder público a curto, médio e longo prazos. O Ver. Crema
26-interferiu, alegando que deveria haver maior estudo e prazo, no que o
27-Presidente retorquiu que o tempo dado era mais que suficiente. Lembrou
28-que se alguém não concordasse com a votação do projeto indicasse o amparo
29-legal e fizesse uso de seus direitos. Pediu ^{que} sem conhecimento de causa
30-nada fosse comentado. O Ver. Oldoni afirmou que era um direito da Câmara
31-e que o projeto era oportuno, porque é uma forma de melhor atender ao po-
32-vo. O Ver. Fozza disse que a Câmara tem orçamento e tinha condições de
33-melhor atender o povo e melhor fiscalizar a aplicação dos recursos públi-
34-cos. O Ver. Perin se opôs ao projeto, recordando que na outra legisla-
35-ra pensou-se em separar os poderes, mas, não achava o momento oportuno,
36-pois, citou que o Poder Executivo tem que depositar o valor correspon-
37-te ao Legislativo nos prazos legais, e esperava que os valores recebidos
38-fosse bem administrados. Falou que são poucos os municípios em que o Le-
39-gislativo tem autonomia administrativa, no que foi contestado pelo Presi-
40-dente. O Ver. Mezzomo pediu se a separação dos poderes era para sempre,
41-de que recebeu resposta afirmativa. Endossou a idéia do Ver. Perin de que
42-o momento não era oportuno e que só geraria despesas. O Ver. Vallar en-
43-dossou as palavras do Ver. Mezzomo e disse que muitas promessas foram fei-
44-tas e era necessário atendê-las. Nesta altura houve um questionamento en-
45-tre o Presidente e o Ver. Vallar, com a intervenção do Ver. Crema que foi
46-ameaçado de ter cassada a palavra por pronunciar-se indevidamente, desa-
47-catando os preceitos regimentais, por diversas oportunidades. O Ver. Crema



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

49 mais uma vez, achou que devia ser feito um estudo mais profundo e visi-
49 tar outras câmaras municipais. O Presidente lembrou que o Projeto foi
50 entregue no dia 27.01.93 e que o Ver. Crema foi convidado por ele às cus-
51 tas dele, Presidente, a visitar a Câmara de Bento Gonçalves, com convite
52 estendido ao Ver. Vallar, e os dois se negaram a ir, alegando motivos
53 de serviço, compromissos da empresa. O Ver. Crema achou que o projeto es-
54 tava errado, no que o Presidente interpelou dizendo que o edil tinha di-
55 reito e o dever de apresentar emendas, corrigindo o que julgava errado
56 e de indicar os erros. Posto o Projeto em discussão, digo, em votação, foi
57 o mesmo aprovado por maioria absoluta, sendo votos vencidos os da banca-
58 da do PFL. Após encerrada a votação, o Ver. Perin desejou que a Câmara
59 faça bom uso dos recursos legais que lhe são destinados e pediu que as
60 sobras sejam transferidas para o Poder Executivo para serem aplicadas em
61 projetos de qualquer setor, como saúde, turismo, cultura, agricultura...
62 lembrou que em outras legislaturas sobrou orçamento e o prédio da Câmara
63 Municipal não foi concluído.. O Presidente explicou que dotação orça-
64 mentária não são recursos disponíveis para serem aplicados em obras...
65 Daí o Ver. Perin apelou para o bom senso e unidade, a fim de que não acon-
66 teça que o Município fique prejudicado por causa desta rivalidade e rixas
67 O Presidente pronunciou-se a respeito do projeto. Referiu-se aos desagra-
68 dáveis acontecimentos ocorridos na sessão anterior, onde pessoas de má fé
69 mal intencionadas tumultuaram a sessão, por orientação e convocação de
70 alguém que tem o objetivo de desestruturar o que está sendo construído
71 com dignidade, democracia e legalmente. Defendeu que o Projeto não acar-
72 retaria despesas muito maiores, uma vez que já vinha sendo paga uma secre-
73 taria, eram pagos advogados na administração anterior e que os cargos
74 previstos, evidentemente, por enquanto, não seriam preenchidos. Mais uma
75 vez houve interferência indevida do líder do PFL, o que levou o Presiden-
76 te a adverti-lo de que era reincidente e lhe cassaria a palavra pelo des-
77 cumprimento contínuo do Regimento e ameaçou encerrar a sessão se não fos-
78 sem acatadas as suas ordens. Acomodada a situação, o Presidente continuou
79 a sua manifestação, dizendo que como o orçamento e uma previsão, as es-
80 truturas administrativas para a Câmara eram o ideal, mas, poder-se-ia fun-
81 cionar com adaptações, acomodações, buscando soluções com custos menores.
82 O Ver. Mezzomo disse que não admitia falar em tablita na Câmara e no seu
83 entender o projeto de Resolução tem votação inválida, no que foi convi-
84 dado pelo Presidente para contestar a votação por escrito e com embasa-
85 mento legal. O Ver. Pacassa fez referências ao pronunciamento do Ver. Pe-
86 rin, reportando-se à sessão extraordinária, afirmando que seria o primei-
87 ro a aprovar os saldos que sobrassem do orçamento da Câmara para qualquer
88 Secretaria do Município. O Ver. Meneguzzi, fazendo referências ao Projeto
89 de Resolução nº 02/93, informou que os gastos feitos pelo Executivo ou
90 pelo Legislativo eram os mesmos, oriundos dos cofres públicos. Se no pas-
91 sado houve erros, não devem ser repetidos. Disse que há necessidade de
92 cooperação e não seria sob pressão que seria tomada esta ou aquela deci-
93 são. Afirmou que estamos vivendo numa democracia muito aberta, que não se
94 deve falar na democracia, na paz e na união.. só falar, mas, fazer, deixar
95 acontecer.. O passado errado morreu.. devemos ter pensamentos próprios,
96 ser criativos, administrar de maneira correta e justa.. É isto que o povo
97 quer e deseja... e não vir aqui acusar de sonegador, falar de fulano e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

98 e sicrano... que os votos que recebeu (316), não foram um acaso...
99 que estava na hora de parar com a baderna planejada e provocada por
100 mal intencionados, por elementos de má-fé, que tiveram insucesso elei-
101 total ou não sabem viver democraticamente. Falou que estava cumprindo
102 honestamente o seu dever e não queria mais andar acompanhado por PMs
103 para ter segurança, ao sair da Câmara. E quanto aos que o acusam de so-
104 negador, informou que 95% do material de suas construções foram forneci-
105 dos por empresa de que tem dúvidas se pode comprovar a venda por NF, e
106 arrematou desafiando a mostrar que colhe mais tributo ICMS, exibindo com
107 provantes. Em prosseguimento, o Presidente submeteu à discussão o Proje-
108 to de Resolução nº 01/93. Com a palavra, o Ver. Crema queixou-se da mane-
109 ra como o Presidente se referia aos colegas e disse que nada tinha a fa-
110 lar sobre o projeto. O Ver. Vallar também se queixou sobre o tratamento
111 recebido e nada opinou sobre o projeto. O Ver. Mezzomo disse simplesmen-
112 te que estava contra. O Ver. Perin lembrou que o Projeto apresentava se-
113 te cargos, com o Presidente concordou. Ver. Fozza emendou dizendo que só
114 dois a mais seriam preenchidos; O Ver. Oldoni esclareceu que nesta cir-
115 cunstância não havia aumento de despesa, mas, transferência de encargos
116 disponíveis e que o projeto era um benefício para o povo. O Ver. Meneguz-
117 zi citou os cargos disponíveis e realmente utilizados, dizendo que o pro-
118 jeto tem visão futura e comparou com o Poder Executivo que dispõe de car-
119 gos criados e nem sempre preenchidos. Como o Executivo deve utilizar os
120 elementos estritamente necessários, também o Legislativo fará isto. Disse
121 que os Vereadores não eram cidadãos incompetentes e que tudo o que a gen-
122 te realiza é porque o povo quer. O Ver. Pacassa afirmou que, no começo,
123 haverá só dois cargos novos a mais. E comunicou que andou se informando
124 com pessoas sábias, que conhecem o assunto, e todas disseram que a me-
125 lhor coisa que pode acontecer é a separação da Câmara, visto que o orça-
126 mento é anual e tem amparo legal. Submetido à votação, o projeto foi
127 aprovado por maioria absoluta com os votos das bancadas do PMDB, PDS e PT
128 e votos vencidos da bancada do PFL. Em seguida, com a autorização da Mesa
129 Diretora, foi posto em votação o Projeto de Lei nº 01/93 que "altera in-
130 ciso II - Cargos Gratificados - do Artigo 52 da Lei Municipal nº 1148/92
131 Estando em discussão, fez uso da palavra o Ver. Crema, que julgou válido
132 o projeto, porque o funcionário público recebendo FG de 30% é baixo e se
133 pagasse outro funcionário gastaria mais. Achou justo conceder alteração
134 para 50%. O Ver. Valar endossou a proposição do Ver. Crema. O Ver. Mezzo-
135 mo informou que receberia esta gratificação os funcionários do estado ce-
136 didos ao Município e aos quais se pagaria somente 30%. Ver. Perin infor-
137 mou ao Presidente que o art. 65 da Lei Orgânica do Município dá direito à
138 réplica. Quando ao projeto informou que são quatro cargos, de valores
139 irrisórios. Ver. Fozza recordou que na administração passada, a lei foi
140 aprovada e os valores serviam para os funcionários de então e achava que
141 deviam servir também para os de agora. O Ver. Meneguzzi também lembrou
142 que quem aprovou o projeto foram os Vereadores do PFL e que há poucos
143 dias, quando foi discutido projeto de reajuste, foi informado que não ha-
144 via recursos. E que agora, para beneficiar um número limitado, há recur-
145 sos. Lembrou também que pediu uma relação de beneficiados pela Lei, mas
146 foi-lhe negada. Hoje são poucos, mas, no futuro, poderão ser exageradamen-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

147 te numerosos. Por questão de coerência e justiça, já que esta lei ser-
148 viu para a legislatura passada e, também, por questões de dificuldades
149 financeiras do Município, se opunha ao projeto. O Ver. Pacassa também
150 lembrou a legislatura anterior e informou que funcionário cedido pelo
151 Estado, salvo melhor esclarecimento, de momento, é só o Dr. Ramapnelli.
152 O Sr. Presidente se manifestou a respeito do projeto, informando que o
153 mesmo, se aprovado, beneficiaria a todos quantos ocupam cargos gratifica-
154 dos, não se limitando a quatro e não desejava questionar quais são. Re-
155 feriu que ele e mais vereadores que foram reeleitos participaram na a-
156 provação da Lei nº 1148/92, e que os índices do projeto inicial foram
157 reduzidos e se teve prejuízos na legislatura passada, vai ter agora, se
158 funcionou na passada, funcionará agora. Posto em votação, o projeto foi
159 rejeitado por cinco votos a quatro, com votos vencidos e favoráveis dos
160 vereadores da bancada do PFL. Prosseguiu a sessão com a apreciação e de-
161 liberação sobre o projeto de lei nº 05/93 que "Concede Desconto sobre
162 Pagamento de Débitos". Com a autorização da Mesa, o projeto foi posto
163 em discussão, iniciando a manifestar-se o Ver. Crema, que julgou o pro-
164 jeto uma maneira de arrecadar o atrasado, embora penalizasse os que pa-
165 garam em dia. Ver. Vallar achou válido o projeto. Ver. Mezzomo apoiou
166 o projeto. O Ver. Perin achou que havia pouco tempo para recolher os im-
167 postos e disse que acataria o projeto. O Ver. Fozza lembrou que foi pe-
168 dida uma relação dos devedores ao Executivo e não foi fornecida. Achou
169 que deviam ser devolvidos 20% a quem pagou. O Ver. Oldoni achou que o
170 Projeto era um estímulo ao atraso no pagamento de tributos e se estava
171 cometendo uma injustiça contra quem pagou no prazo. Ver. Meneguzzi re-
172 cordou que solicitou uma relação dos devedores e respectivos valores.
173 Informaram que não podiam fornecê-la. Disse que estava amparado em lei
174 e tinha o direito a estas relações, como representante do povo tinha o
175 direito de saber quem estaria devendo e preservar o nome deles. 20%, até
176 certo ponto, levam a arrecadar a mais... é melhor 20 no bolso que 50 no
177 no ar... Mas, em contrapartida, está sendo penalizado o bom pagador, aque-
178 le que pediu dinheiro emprestado, aquele que fez financiamento para
179 cumprir o seu compromisso, seu dever, pagando no prazo com sacrifício e
180 ser bom serafinense. Este serafinense hoje se sente prejudicado e hoje
181 vai interrogar-se se valeu a pena ser correto, pagar no prazo com sacri-
182 fício. Aprovando o projeto, estamos favorecendo a minoria e desfavore-
183 cendo uma grande maioria. Pode ser incentivo para muitas pessoas não pa-
184 garem impostos, porem seu dinheiro no juro e, depois, pagar com descon-
185 tos. O Poder Público está levando o contribuinte a ser mau pagador. Afir-
186 mou que estaria de acordo com o projeto se aqueles que pagaram em dia
187 em 1992, recebesse um desconto de 20% sobre o imposto de 1993. O Ver.
188 Mezzomo interveio dizendo que na época do pagamento foi dado um des-
189 conto de 15% ou 20%. Justamente por isto, retornou o Ver. Meneguzzi, é
190 que não se deve privilegiar os maus pagadores. O Ver. Pacassa colocou
191 que o Poder Público estava correndo o risco de estimular o mau pagador.
192 Lembrou, porém, que a inflação é grande, que as mercadorias sobem mais
193 que a inflação e achou que era interessante arrecadar este dinheiro e
194 que o Executivo fizesse bons negócios com ele. Posto em votação, o pro-
195 jeto foi aprovado por maioria absoluta, com votos vencidos dos edis da
196 bancada do PMDB.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

197 Em prosseguimento, foi apresentado o Projeto de Lei Nº 09/93, dispondo
198 sobre alterações na Lei nº 1005/89, com a leitura do seu teor. O Presi-
199 dente comunicou que o Projeto poderia ser discutido e votado na próxima
200 sessão. Pediu, a seguir, que fosse feita a leitura de um anteprojeto, de
201 autoria do Ver. Meneguzzi, "Autorizando o Poder Executivo a adquirir /
202 imóveis e neles edificar casas populares em bairros, para residência de
203 Policial Militar e dá outras providências". O autor do anteprojeto acres-
204 centou que era uma cooperação, antecipando que caberia ao Executivo pôr
205 em prática a idéia, em benefício da comunidade e achava viável a sua //
206 execução. Continuando, o Presidente mandou fazer a leitura e comentou,
207 rapidamente, os artigos, parágrafos e incisos dos nºs 17,25,34,35,36 ,
208 37,38,39 68 e 69 da Lei Orgânica do Município. Do Regimento Interno da
209 Câmara, o Art. 19 que trata do Presidente da Câmara, o qual interrompeu
210 a sua leitura, no item "d", do § 1º, para explicar que iria aplicar o
211 Regimento e queria que todos tivessem conhecimento dele. O Ver. Secretá-
212 rio prosseguiu a leitura do artigo, na sua íntegra. O Ver. Perin recla-
213 mou que a leitura do regimento não estava na ordem do dia e se retirou.
214 O Presidente mandou continuar os trabalhos, revendo os artigos 45,67,68
215 154,168 169, 180, 182 e 183 do Regimento. Fazendo uso da palavra, o Sr.
216 Presidente levou ao conhecimento do Plenário que, em julho de 1992, en-
217 caminhou ao Tribunal de Contas do estado uma relação de documentos de-
218 nunciando atos administrativos da gestão 83/88, tendo recebido corres-
219 pondência do Tribunal comunicando que as irregularidades referiam-se a
220 verbas federais, de fiscalização da competência da União. No Planário
221 foram lidas as denúncias e também a resposta do Tribunal de Contas do
222 Estado, informando, inclusive, que as contas do exercício de 1988 ti-
223 nham sido rejeitadas. Justamente após julho de 1992, informou que vem
224 recebendo ligações telefônicas anônimas, com ameaças de morte. Disse,
225 também que baseado nas exposições pode afirmar que todos sabem de que
226 forma o Poder Executivo o via, de que tinha tido desagradáveis momentos
227 na Câmara, com relação às medidas tomadas no período de julho/92 para
228 cá. Disse que tomaria as devidas providências, informando que em nov-dez
229 de 1992 entrou com um pedido de CPI em relação ao Ofício encaminhado ao
230 Tribunal de Contas do estado. Foi neste período que recebeu as piores //
231 ameaças dirigidas diretamente a ele e a sua família. Pediu aos Vereadores
232 que entendessem e lessem a Lei orgânica do município e o regimento Inter-
233 no da Câmara, para que não se repetissem os abusos ocorridos, mesmo ten-
234 do cassar a palavra, quando desrespeitaram o Presidente, levando as
235 pessoas presentes às sessões ao tumulto. Pediu aos Vereadores que tomas-
236 sem conhecimento de seus direitos e deveres, tanto do presidente como
237 os próprios, com relação à Casa, e que fizessem uso correto dos mesmos.
238 Informou que havia legislação específica que regulamenta a matéria.
239 Reafirmou que nunca negou o direito de fazer uso da palavra a qualquer
240 edil, podendo se manifestar sempre dentro das diretrizes e normas re-
241 gimentais. Pediu apoio aos Vereadores para que houvesse possibilidade
242 de se fazer um trabalho sério, pois, acreditava que nenhum membro do
243 Legislativo tinha interesse de entravar o Município e de fazê-lo como
244 uma turma de arrastão vem fazendo nesta Casa. Queria o crescimento e o
245 desenvolvimento de Serafina Corrêa, mas, com coerência, com responsabi-
246 lidade, no julgamento dos projetos. Disse que nunca será negado dar ao



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

246 Executivo as verbas, mesmo que sejam do orçamento da Câmara, desde
247 que sejam solicitadas quando estão esgotados os recursos próprios e
248 houver justificativas aceitáveis. Não adianta o Poder Executivo vir
249 de forma de total má-fe, demonstrada no seu projeto. Na 2ª feira convo-
250 cou uma sessão extraordinária para 5ª feira, a seu ver desnecessária,
251 mas, que é um direito seu, o qual não é questionado, foi aceito pelo
252 Presidente. Foi num dia em que o Prefeito, o Delegado e Presidente da
253 Câmara eram convidados a uma janta, de despedida da Drª Juiza de Guapo-
254 ré. O Sr. Presidente não tomou conhecimento deste convite e foi feita
255 uma sessão extraordinária exatamente naquele dia, convocando o povo pa-
256 ra vir à Câmara, deturpando o ato e dizendo que a Câmara possuía um va-
257 lor expressivo, onde na verdade não possui um centavo. Ter disponibili-
258 dade orçamentária não significa dinheiro... A Câmara, por sua maioria,
259 formada pelo PMDB, PDS e PTB, nunca vai se opor a um projeto, para o
260 qual esteja esgotado o total valor na sua pasta, sua secretaria, e su-
261 plementá-lo, mesmo que saia da Câmara de Vereadores, se há disponibili-
262 dade. Informou que procurou incansadamente o entendimento e até a agora
263 não foi procurado, não foi recebido mais, para, juntos, buscar um cres-
264 cimento harmonioso. O Ver. Mezzomo pediu a palavra e com o consentimento
265 do Presidente disse que o assunto do Tribunal de Contas do estado foi
266 abordado durante a campanha eleitoral e não viu nenhuma vantagem, porque
267 era UM ASSUNTO QUE DEVIA SER RESOLVIDO PELO Tribunal, pois era matéria
268 vencida. E quanto ao tumulto ocorrido na sessão do dia 18 teria sido
269 ensejado pelo presidente porque achava que a lei dá amparo aos secretá-
270 rios.. O Presidente mandou que lesse o texto referente ao assunto não /
271 só o artigo que lhe interessava. O Ver. mezzomo retrocou a dizer que não
272 não foi respeitada a lei do quorum, o que o Presidente retrocou que o v
273 Vereador embasasse sua afirmação em lei, pois, garantiu que estava agin-
274 do corretamente. O Ver. meneguzzi referiu-se aos palavrões ditos contra
275 sua pessoa por um cidadão que o chamou de sonegador, informando que este
276 cidadão lhe vendeu pelo menos 95% do material das obras que executou até
277 hoje e, sem tumultuar, desafiou esta pessoa a aprovar que lhe vendeu
278 todas as mercadorias com nota fiscal e perguntou: será que ele também
279 não participou da sonegação? Referiu-se, também, a outra pessoa que de-
280 sejava ser representante do povo que blefou-o d casa velha, caída...
281 Disse que o Povo o conhecia e que não era uma casualidade os 316 votos
282 que recebeu. Questionou se esta pessoa tinha feito algo, apresentado
283 alguma criatividade importante em sua vida... e com que moral podia
284 acusar um homem público, incitando o povo, dizer palavrões... Afirmou
285 que não era pessoa de desordens, de tumultos, que não tem inimigos e não
286 os queria, que estava ali para representar o povo e não queria ser
287 acompanhado ou asfaltado por polícia. Teve sempre acesso livre a qual-
288 quer lugar e desejava continuar.. Estava ali para emprestar a sua peque-
289 na CAPACIDADE em favor do povo. Arrematou, fazendo uma proposta: que
290 o povo conferisse quem recolhe mais impostos para o Estado.. trazendo
291 documentação e daí o povo ficaria sabendo quem era sonegador... Finaliz-
292 zou dizendo que estava na hora de parar de fazer ameaças, fazer pressões
293 que estava aí em nome do povo e que era oposição à administração muni-
294 cipal e, nesta condição estava com o direito de fiscalizar os atos...



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA
CÂMARA DE VEREADORES

295 PEDIDOS E INFORMAÇÕES- O Ver. Meneguzzi submeteu ao Plenário e teve
296 aprovados dois Pedidos: 1º:- que o Chefe de Coordenação e Planejamento
297 do Gabinete do Prefeito promova junto do Presidente da Associação Comer-
298 cial e Industrial de Serafina Corrêa uma campanha, no sentido de que os
299 consumidores façam suas compras no comércio local e façam promoções para
300 atrair consumidores de outras localidades. 2º Que seja melhorada a ten-
301 são elétrica da rede existente na Linha Tiradentes, Capela São paulo,
302 pois, naquela localidade, em breve, será instalada uma indústria. O Ver.
303 Nestro Magon ratificou o seu Pedido quanto a existência de projeto de
304 loteamento/desmembramento, projeto de instalação elétrica e projeto de
305 instalação hidráulica, no parcelamento de solo, nas duas margens da Rs
306 129, de propriedade de Sérgio Antônio massolini ou sucessores, uma vez
307 que está em vigência legislação do Plano Diretor, Conselho do Plano Di-
308 retor e Lei de Parcelamento de Solo urbano, e, no entanto, o Executivo
309 não respondeu ao questionário aprovado pelo Plenário, informando que n
310 ão preenche requisitos. Quais são estes requisitos? A solicitação da
311 informação partiu do Poder Legislativo. Nada mais havendo para delibe-
312 rar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos invocando a proteção de Deus
313 E para constar, eu, Arnaldo Luiz Pacassa, Ver. Secretário da Mesa, la-
314 vrei a presetne ata que vai assinada pelo presidente e por mim. SALA
315 DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERAFINA Corrêa, AOS VINTE E CINCO
316 DE FEVEREIRO DE 1993.

VER. ARNALDO LUIZ PACASSA
Secretário da Mesa

VER. NESTOR MAGON
Presidetne da Câmara.